

APRESENTAÇÃO

Os editores e organizadores do **DOSSIÊ MEMÓRIA, HISTÓRIA, ARQUIVOS E MUSEUS DO JUDICIÁRIO**, da revista LexCult, do Centro Cultural Justiça Federal, CCJF, têm a satisfação de apresentar a segunda parte do referido **Dossiê** que, como a primeira, apresenta trabalhos relevantes para a preservação da memória e arquivos do Poder Judiciário.

Agradecemos a todos os autores e avaliadores que se empenharam para que conseguíssemos realizar a primeira e a segunda parte. Gostaríamos também de deixar registrado o nosso agradecimento especial ao Dr. Carlos Alexandre Böttcher, que, em parceria com o CCJF, atuou como organizador e editor do presente Dossiê.

Conforme afirmou o Dr. Böttcher no Editorial da primeira parte, o ano de 2020 permanecerá associado à pandemia, que tem ceifado vidas, mas também deixará suas lembranças positivas na área da valorização da Memória do Poder Judiciário, em razão dos recentes atos normativos do Conselho Nacional de Justiça, CNJ, como a Resolução 316, que instituiu o 10 de Maio como Dia da Memória do Poder Judiciário e a Resolução 324, que disciplinou a Gestão Documental e da Memória do Poder Judiciário.

Nesta segunda parte do **Dossiê** serão publicados mais 10 trabalhos que refletem sobre questões importante envolvendo a memória e os arquivos do Poder Judiciário Brasileiro.

O artigo **A Justiça em Pernambuco do Oitocentos: Os Crimes Contra a Segurança da Honra (1831-1850)** tem o objetivo contribuir para o entendimento sobre a história da Justiça Criminal em Pernambuco, de 1831 a 1850, percurso temporal em que ocorreram diversas estruturações no Judiciário brasileiro.

O trabalho **Competências, Organização e Atuação da Justiça Federal, no Distrito Federal, durante o Período de 1890 a 1937** objetiva descrever como foi organizada e como se desenvolveu a Justiça Federal na capital da República, durante o período de 1890 a 1937.

A Memória Esquecida da Justiça do Trabalho de Pernambuco: “O Caso Eurico” (1966) busca analisar o envolvimento do Presidente do Tribunal Regional do

Trabalho da Sexta Região, acusado de crime de corrupção e subversão, no ano de 1966, a partir de pesquisa documental.

Em **Primeiras Notas para um Catálogo: Levantamento dos Processos Judiciais do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (1791-1988)**, o autor relata as atividades de levantamento, catalogação e diagnóstico do acervo documental composto pelos processos judiciais do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, desde fins do século XVIII até o ano de 1988.

O **Acervo Histórico da Comarca de Bragança: Preservação Documental e Memórias do Poder Judiciário do Pará** analisa o processo de organização e preservação documental pelo qual passa o acervo histórico dessa unidade judiciária estadual.

Memória, História e Esquecimento busca demonstrar a importância e relevância dos documentos judiciais como fonte histórica uma vez que estes não se restringem a causas e vereditos, mas são a representação de um mundo e de perspectivas de suas épocas.

O trabalho **Presença Negra no Estado do Amazonas: A Contribuição dos Arquivos do Tribunal de Justiça da Amazônia** objetiva demonstrar sucintamente a utilidade dos arquivos judiciais em geral nas pesquisas que envolvem as relações raciais ao longo do tempo.

Em sequência, o artigo **“Experiências do Servir e Adoecer”: potencialidades dos Arquivos Judiciais para a História da Saúde e Escravidão** busca dar nota das potencialidades dos arquivos judiciais para as investigações sobre as condições de saúde entre cativos no Nordeste.

“Fê-lo no Impulso de um Nobre Crime, senão de Sentimento da Honra Ultrajada”: A Violência contra a Mulher nos Autos Crimes de Ferimentos Leves da Comarca de Bragança-Pará (1910-1920) objetiva construir algumas hipóteses a respeito dos possíveis contextos em que a violência perpetrada contra a mulher por um homem de seu núcleo familiar era considerada um instrumento legítimo de manutenção da autoridade masculina pela Justiça Pública da Comarca de Bragança-PA na segunda década do século XX.

Encerrando o Dossiê, o trabalho **Os Paradigmas da Estrutura Curricular das Primeiras Faculdades de Direito no Brasil** analisa o surgimento das primeiras faculdades de Direito no Brasil, em 1827, em Olinda e São Paulo.

Como se observa, os artigos constantes desta segunda parte também abrangem vários estados do Brasil e enfocam diferentes temáticas, todas da maior importância para a preservação da memória da Justiça para as presentes e futuras gerações.

Aos autores e leitores deste Dossiê, o nosso obrigado.
Para publicar na LexCult, consulte as normas da revista.

Os Editores.